

Curso “A Conquista da Cidadania LGBT” – uma experiência da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo

Course “The Conquest of LGBT Citizenship” – an experience of the State
Department of Health of São Paulo

Deborah Malheiros^I, Juliana de Souza Ferreira^{II}, Vania Alessandra Feres^{III}

Resumo

Este artigo pretende descrever a experiência da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo na realização do Curso “A Conquista da Cidadania LGBT: a política da diversidade sexual em São Paulo” e sua importância na disseminação entre os trabalhadores da saúde, no período de 2014 a 2017, sobre a diversidade sexual e os direitos já adquiridos pela parcela da população LGBT. Pretende também abordar a importância dos processos de ensino à distância, a experiência da parceria e o diferencial da mediação pedagógica e da tutoria no curso em específico, bem como transcrever um relato a partir da vivência de uma tutora e dos relatos de alunos do curso.

Palavras-chave: Capacitação de recursos humanos; Direitos humanos; LGBT.

Abstract

This article intends to describe the experience of the Secretary of State for Health of São Paulo in the course “The Conquest of LGBT Citizenship: the politics of sexual diversity in São Paulo” and its importance in the dissemination among health workers, between 2014 and 2017, on sexual diversity and the rights already acquired by the LGBT population. It also aims to address the importance of distance learning processes, the experience of partnership and the differential of pedagogical mediation and tutoring in the specific course, as well as transcribing an account based on the experience of a tutor and the reports of course students.

Keywords: Training of human resources; Human rights; GLBT.

^I Deborah Bittencourt Malheiros (dbmalheiros@sp.gov.br) é psicóloga pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), Coordenadora da Coordenação Geral de Apoio aos Programas de Defesa da Cidadania (CGAPDC) da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo (SJDC-SP) e membro do Comitê Técnico de Ações de Saúde Integral da População LGBT da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES/SP-SP).

^{II} Juliana de Souza Ferreira (juferreira@saude.sp.gov.br), é graduada em Publicidade e Propaganda no Centro Universitário Ibero Americano (UNIBERO), com Especialização em Gestão do Trabalho em Educação em Saúde pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (FCMSCSP) e atua como Diretora do Centro de Metodologias de Ensino em Saúde da SES-SP.

^{III} Vania Alessandra Feres (vferes@saude.sp.gov.br) é Bacharel em Secretariado Executivo Bilingue pela Anhembi Morumbi, Especialista em Saúde Pública pela UNAERP, Especialista em Gestão do Trabalho e Educação na Saúde pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e membro do Comitê Técnico de Ações de Saúde Integral da População LGBT da SES/SP pela Coordenadoria de Recursos Humanos da SES-SP. Atuou como Tutora do Curso “A Conquista da Cidadania LGBT: a política da diversidade sexual em São Paulo” entre os anos 2014 e 2016, atendendo a seis turmas realizadas.

Introdução

O Sistema Único de Saúde (SUS) está baseado em um conjunto de princípios, entre os quais se destaca a universalidade, a integralidade e a equidade, que asseguram a todos, indistintamente, o igual direito à utilização gratuita dos seus serviços. Faz-se necessário levar em consideração que a orientação sexual e identidade de gênero são fatores determinantes e condicionantes da situação de saúde, não apenas por implicar práticas sexuais e sociais específicas, mas também por expor lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) a agravos decorrentes do estigma, dos processos discriminatórios e da exclusão que violam seus direitos humanos e, em especial, o direito à saúde. Neste sentido o desafio da atenção integral à saúde para a população LGBT deve ser compreendido a partir das suas vulnerabilidades específicas.

Observa-se que, no Brasil, vários avanços significativos foram alcançados pela população LGBT na última década, dando resposta a direitos historicamente negligenciados. No âmbito nacional a 1ª, 2ª e 3ª Conferência Nacional LGBT (respectivamente em 2008, 2011 e 2016)^{1,2,3} e o 1º Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (2009)⁴. Em âmbito do Estado de São Paulo, temos: a Lei 10.948 de 2001⁵ que pune administrativamente os atos de homofobia/transfobia; a realização de três Conferências Estaduais (2008, 2011 e 2016)^{6,7,8}; a criação da Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância- DECRADI (2006); criação da Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual dentro da estrutura da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania (SJDC), e vinculada a ela o Comitê Intersecretarial de Defesa da Diversidade Sexual (2009)⁹; 1º Plano Estadual de Enfrentamento da Homofobia e Promoção da Cidadania LGBT (2010)¹⁰; Decreto 55.588/2010¹¹ que estabelece a obrigatoriedade

do tratamento nominal (nome social) de travestis e transexuais pelos funcionários públicos, em todos os órgãos da administração pública estadual, direta ou indireta; e já dentro da estrutura da Secretaria de Estado da Saúde (SES-SP) temos a criação do Ambulatório de Saúde Integral de Travestis e Transexuais em junho de 2009, vinculado ao Centro de Referência e Treinamento em DST/Aids¹², e o Comitê de Saúde Integral da População LGBT da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP), em 2014¹³.

Frente a este contexto e considerando a importância do enfrentamento da discriminação e exclusão da população LGBT dos serviços de saúde e da redução de suas vulnerabilidades, deve ter o papel, assim, de desenvolver estratégias que visem à garantia do acesso à saúde de forma integral, de qualidade, de acordo com suas necessidades e livre de discriminação para a população LGBT. Desde a criação do Comitê Intersecretarial de Defesa da Diversidade Sexual, a SES-SP é membro integrante e assim participou efetivamente da elaboração e execução do 1º Plano Estadual de Enfrentamento da Homofobia e Promoção da Cidadania LGBT¹⁰. A partir do 2º Plano, em vias de ser publicado, vem buscando, em conjunto com a Secretaria da Justiça, estratégias para ampliar o processo de sensibilização e instrumentalização dos trabalhadores da Saúde para o desenvolvimento de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde da população LGBT e de redução do preconceito e práticas discriminatórias.

Uma das estratégias consideradas de fundamental importância para essa sensibilização e instrumentalização, diz respeito à capacitação dos trabalhadores que atuam no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no estado de São Paulo, de modo a apropriá-los das singularidades relativas a esta temática, e promovendo a reflexão e o exercício de novas possibilidades de acolhimento das demandas desta população nos serviços de

saúde existentes, bem como a criação de formas de enfrentamento da homofobia e transfobia, visando à plena cidadania do público LGBT.

Estratégia de Promoção de uma formação LGBT

Para a realização de um curso que envolvesse todas as problemáticas LGBT para os trabalhadores da saúde do Estado, foi selecionada a modalidade de Ensino a Distância (EaD).

A EaD é composta por um conjunto de métodos, técnicas e recursos, postos à disposição de pessoas para que, em um sistema de autoaprendizagem, possam colocar-se como estudantes para adquirir conhecimentos ou qualificações de qualquer nível. Dessa forma, a opção foi feita pela SES-SP com o objetivo de que estaria não apenas oportunizando novas alternativas e novos planos, visando a suprir as necessidades de formação e atualização de seus profissionais, mas também otimizar recursos e ampliando o acesso desses aos conteúdos para o seu desenvolvimento profissional e pessoal, contribuindo para o processo de Educação Permanente em Saúde.

– Educação Permanente em Saúde e sua relação com o curso:

A Educação Permanente em Saúde (EPS) é uma concepção deflagrada nos anos 1930, porém mais efetivada nos anos 1960, com a iniciativa da aprendizagem de adultos nos momentos de reestruturação da força profissional premente e necessária na época, de diversos países. Havia, segundo Merhy e Feuerwerker¹⁴, “... uma necessidade de reposição de grandes contingentes de pessoas no mercado de trabalho, em função da intensificação da industrialização e urbanização” (p.3-4).

Baseados nessa concepção educacional, a Organização Panamericana da Saúde, nos anos 1980, propôs a Educação Permanente em Saúde como estratégia para a organização de processos

educativos dirigidos aos trabalhadores da saúde¹⁵. A partir da evidência de que as “capacitações” tradicionais, organizadas de modo vertical e dirigidas indistintamente a públicos diversos tinham baixíssimo impacto, ou seja, produziam poucas modificações nas práticas dos trabalhadores de saúde, os processos educativos foram alterados.

Recomendou-se, então, que os processos de qualificação profissional partissem das necessidades identificadas pelos trabalhadores em seus diferentes contextos, dialogando com seus conhecimentos prévios. No entanto, para esta identificação é necessário um planejamento participativo, que possibilite a reflexão sobre os contextos locais, com identificação de problemas e também de prioridades¹⁴. Essa perspectiva nasce da percepção de que o homem está em permanente construção e que, em suas relações no cotidiano, sempre a produção de conhecimentos e saberes que interferem no seu modo de conduzir a vida. O saber científico é, assim, considerado apenas parte desse universo de diversos saberes.

As pessoas buscam novos conhecimentos e se mobilizam para o aprendizado quando se deparam com problemas que consideram relevantes, para o trabalho ou para a vida. Assim, qualquer processo educativo, deve ser desenvolvido a partir da identificação de necessidades de aprendizagem por parte destes “educandos” e precisa dialogar com seus saberes prévios, sejam eles adquiridos sistematicamente por meios formais (espaço educacional) ou por meio de sua experiência cotidiana^{16,17}.

Ao reconhecer que os sujeitos não mudam porque os outros desejam e que os processos formativos, como em qualquer processo de transição, necessitam de instrumentos que possibilitem a transformação de paradigmas, o SUS se depara com um enorme desafio a ser vencido, dentre tantos outros, para se tornar efetivo. Pois para a efetivação da Educação Permanente em

Saúde, o trabalho deve ser destacado como um eixo do processo educativo, sendo ao mesmo tempo fonte de conhecimento e objeto de transformação, uma vez que o processo de trabalho em saúde é, ao mesmo tempo, gerador e configurador dos processos educativos nos serviços. Ou seja, se constitui como proposta diferente da educação continuada que se pauta por atividades de ensino após os cursos de graduação e outras especializações visando à aquisição de novas informações e com duração definida e centrada no desenvolvimento de grupos profissionais específicos mediante pedagogia de transmissão.

No Brasil, a Educação Permanente em Saúde, foi instituída pelo Ministério da Saúde na Portaria nº 198 de 2004¹⁸ e complementada pela Portaria nº 1.996 de 2007¹⁹. O desafio proposto é a sua adoção como estratégia fundamental para a recomposição das práticas de formação, atenção, gestão, formulação de políticas e participação da sociedade no setor da saúde. Para alcançar essas transformações os serviços de saúde devem, dentre outras ações, investir esforços no desenvolvimento da educação em serviço como um recurso estratégico para a gestão do trabalho e da Educação em Saúde. Nessa perspectiva, será possível superar a tradição de organizar um *menu* de capacitações, treinamentos pontuais e promover o ordenamento formativo e da educação permanente em saúde. Desta forma, fazer Educação Permanente em Saúde exige reflexão crítica sobre as práticas de atenção, de gestão e sobre as práticas de ensino, buscando processos educativos aplicados ao trabalho^{20,21}.

A construção da Educação Permanente em Saúde favorece, assim, a associação entre o desenvolvimento individual e organizacional, os serviços e a gestão setorial, a atenção e controle social, na perspectiva de desenvolver e fortalecer o próprio SUS. Assim, para transformar a organização dos serviços e dos processos formativos,

as práticas de saúde e as práticas pedagógicas, é necessário que as várias instâncias assumam um papel de indutor dessas mudanças. Para tanto, é essencial promover um trabalho articulado entre as várias esferas de gestão do SUS e as instituições formadoras.

Por isso, o curso “A Conquista da Cidadania LGBT: a política da diversidade sexual em São Paulo” foi uma proposta ousada onde se mesclou os princípios da Educação Permanente em Saúde e os da aprendizagem em EaD, modalidade essa que vem se tornando cada vez mais uma opção, em detrimento das formações presenciais.

– especificidades da EaD:

Os cursos de EaD são disponibilizados dentro do Ambiente Virtual de Aprendizagem da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (EAD/SES-SP), que permite a seus servidores acessar diversos cursos, de forma flexível e objetiva, independente da região em que atuem ou residam e sem horários rígidos específicos preestabelecidos. Esses cursos são estruturados como “Estações”, distribuídas em 4 eixos: Gestão, Assistencial, Administrativo-operacional e Vigilância em Saúde.

A gestão da EaD/SES-SP fica a cargo do Grupo de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Coordenadoria de Recursos Humanos, por meio do Centro de Metodologia de Ensino em Saúde (CMES), responsável pelo desenvolvimento de técnicas inovadoras de pesquisa permanente com relação a currículos, programas e projetos de ensino em saúde, além do desenvolvimento de pesquisas que buscam identificar e compreender a realidade multifacetada do fenômeno educacional, bem como estudar formas de atuar na realidade do SUS/SP. Dentro dessa perspectiva o CMES planeja, organiza, coordena, avalia e estimula a difusão de programas e projetos de educação à distância para o trabalho em saúde e utiliza a plataforma Moodle – *software* desenhado para auxiliar na organização

e gerenciamento de cursos *on line* –, como ferramenta de gestão para seus cursos EaD.

Alguns cursos a distância hospedados no Ambiente Virtual de Aprendizagem da SES/SP contam com mediação pedagógica e tutoria. Em grego, mediação significa, em grosso modo, o que está “no meio”, “o ponto médio”; e no latim significa “intercessão, intermédio”¹⁷. Ou seja, mediação são ações recíprocas que permitem a interação entre duas partes de um todo, um processo relacional. (Assim, quando juntamos o termo “mediação” e “pedagógico” entende-se que às ações de coordenação e tutoria EaD ocorridas nos cursos, via plataformas virtuais de aprendizagem, são fundamentais para a relação com os estudantes. Será o recurso, dentro e fora dos ambientes virtuais, que promoverá a interação e as intervenções necessárias ao processo de ensino-aprendizagem, onde o mediador assume papéis de orientador, consultor, facilitador da aprendizagem, favorecendo o alcance dos objetivos da ação pedagógica.

Essa posição de mediação apresenta uma mudança de paradigmas em relação ao papel tradicional do professor – cuja missão é transmitir conhecimentos dos quais domina. Na mediação pedagógica, é preciso sair da zona de conforto e transformar a prática pedagógica, onde este “educador” se constrói e reconstrói. É na interação aluno-tutor-aluno que se promove a intersubjetividade e a transformação de ambos^{21,22}. Por isso, nos processos de EaD, a mediação pedagógica e tutoria têm grande importância na construção do conhecimento dos sujeitos das ações.

Vários autores²³⁻²⁵ apontam que o crescimento da educação a distância desencadeou maior contato entre os participantes, principalmente entre professor e alunos, por meio de listas e fóruns de discussões, utilização de e-mail, salas virtuais, webconferências, chats, etc. Essa comunicação pode se dar de forma síncrona (no mesmo momento) ou assíncrona (em momentos diferentes

entre aluno-professor-aluno) – cada vez mais frequente e necessária. Para que isso ocorra é preciso garantir a qualidade dessa mediação¹⁵.

De forma geral, o papel de tutor sempre esteve ligado à figura de alguém que tutelava, protegia alguém não independente, na administração de seus bens até alcançar a maioridade. Porém, a partir do século XX toma, no campo da Educação, a concepção de orientador e acompanhante de trabalhos acadêmicos. Atualmente, o tutor é reconhecido como peça fundamental do processo educativo e que tem como responsabilidades a orientação dos alunos nos estudos relativos aos conteúdos e disciplinas (dimensão pedagógica), o acompanhamento e gerenciamento dos cursos (dimensão gerencial) e o processo de comunicação entre professor e aluno, associada ao contexto social de aprendizagem propício ao desenvolvimento de relações interpessoais e seu fortalecimento (dimensão social)¹⁵. Há ainda a dimensão do suporte técnico, que comumente é realizado por uma equipe específica, ou pela instituição formadora, como no caso que estudamos¹⁵.

Também é o tutor quem orienta o aluno, esclarece dúvidas, explica questões sobre os conteúdos e em geral também avalia o processo de ensino-aprendizagem. Mas, além disso, realiza outras atividades que reforçam a ideia da complexidade deste papel, já que o tutor também questiona, faz referência a outros modelos e exemplos, oferta conselhos e sugestões, promove autorreflexão no outro e em si mesmo, guia o processo de encontrar novas fontes de informações, solicita ao estudante a reelaboração de suas ideias, dá feedback nas contribuições da discussão *on line*, atua como suporte na estruturação de tarefas cognitivas e ainda “costura” todos os comentários, fazendo associações e relações sobre os conteúdos e os comentários produzidos.

No curso “A Conquista da Cidadania LGBT: a política da diversidade sexual no Estado de São

Paulo”, os tutores desempenharam todos esses papéis de forma respeitosa, alinhada à proposta conceitual e de forma afetiva, despertando as reflexões e afecções dos participantes e sua consequente sensibilização para o tema, na perspectiva da mudança de práticas nos serviços frente ao atendimento em saúde dessa população. Isto se deve ao modo como a tutoria foi idealizada, nos preceitos da Educação Permanente em Saúde e na capacitação dos mesmos, em atividade prévia ao desempenho da função, bem como o acompanhamento pela equipe da coordenação pedagógica do curso.

A avaliação do curso foi feita por meio da análise na participação dos alunos nos fóruns, realização de testes e do estudo de caso. Para ser aprovado e garantir a certificação, as atividades deveriam ser finalizadas com nota 7,0 em cada módulo.

Experiência do curso EaD em promoção de cidadania LGBT para trabalhadores da saúde do Estado de São Paulo

Nesta perspectiva, em abril de 2014 formalizou-se a parceria entre a Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo (SES-SP) e Secretaria de Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo (SJDC-SP) para a realização do curso “A Conquista da Cidadania LGBT: a política da diversidade sexual no Estado de São Paulo”. A partir de 2015 o termo de cooperação previu a oferta, em dois anos, de 4.500 vagas para trabalhadores do SUS de São Paulo^{IV}, a serem dados na modalidade de Educação a Distância.

Foi acordado com a equipe coordenadora do curso (SJDC, CRT/DST-AIDS, EAD/SES-SP), que após a oferta de 4.500 vagas deveria ser feita uma avaliação dessa ação formativa. Nesta avaliação seria analisada a continuidade desse processo, possível reformulação do curso, necessidade ou

não de tutoria (pagamento de hora aula), e mecanismos para aumentar a aprovação.

A proposta foi de um curso dinâmico dividido em quatro módulos (um por semana) e com fóruns de discussão abertos toda segunda-feira e encerrados no domingo. Além disso, fazia-se a oferta de estudo de casos, com *feedback* ora da plataforma (padrão) ora do tutor, ampliando o diálogo e a reflexão, frente à situação problema exposta.

Esta iniciativa pautou-se pela compreensão de que há uma capacidade de transformação dos sujeitos, por isso investimentos em sua formação e incentivo ao desenvolvimento de reflexão crítica, contribuiu substancialmente para o alcance de parte dos objetivos e metas propostos no 2º Plano Estadual de Enfrentamento da Homofobia e Transfobia e Promoção da Cidadania LGBT²⁹.

Entre 2014 e 2016 essa parceria realizou 8 edições do curso “A Conquista da Cidadania LGBT: a política da diversidade sexual em São Paulo”, ofertando um total de 5.200 vagas, com 4.665 solicitações de inscrição (90% das vagas preenchidas) e matriculados 4.118 servidores da saúde (88% do solicitado), sendo que 75% concluíram o curso. Esses trabalhadores, e consideramos dados computados das turmas 2 a 8, eram em sua maioria mulheres (83,1%), na faixa etária de 26 a 55 anos (83%), trabalhadores de órgãos de gestões municipais (46,9%) e que atuam principalmente área assistencial (45,2%), mas também de diversas outras áreas e instituições do Estado com as mais variadas formações e cargos, que se inscreveram por interesse próprio no tema, ou por indicação de colegas ou de suas chefias.

^{IV} Este curso, até então, era ofertado via Fundação para o Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP), para todos os servidores estaduais de São Paulo. Pensando em ampliar seu conteúdo, pensou-se em ampliar o conteúdo, construiu-se um módulo de conteúdo específico para os trabalhadores da saúde.

Tabela 1. Perfil dos Alunos Participantes do Curso, turmas 2 a 8.

	turma 2	turma 3	turma 4	turma 5	turma 6	turma 7	turma 8	total	
	n	n	n	n	n	n	n	n	%
Sexo									
feminino	482	703	539	369	231	709	350	3383	83,1
masculino	99	124	92	75	34	180	82	686	16,9
não resp.	0	0	0	1	0	0	0	1	0,0
total	581	827	631	445	265	889	432	4070	100
Faixa Etária									
até 25 anos	36	62	56	35	23	78	33	323	7,9
26 a 35 anos	177	262	199	144	102	270	126	1280	31,4
36 a 45 anos	145	212	183	129	62	230	116	1077	26,5
46 a 55 anos	175	210	143	109	50	215	116	1018	25,0
56 a 65 anos	46	80	50	25	26	92	39	358	8,8
+ de 65 anos	2	1		2	2	4	2	13	0,3
não resp				1				1	0,0
total	581	827	631	445	265	889	432	4070	492,1
Escolaridade									
Ens. Fundam.	4	7	3	66	6	6	3	95	2,3
Ens. Médio	131	176	117	161	57	199	81	922	22,7
Graduação	199	304	250	13	91	321	156	1334	32,8
Pós Grad./Esp.	226	308	237	1	98	304	174	1348	33,1
Mestrado	18	27	20	194	13	48	16	336	8,3
Doutorado	3	5	4	10		11	2	35	0,9
total	581	827	631	445	265	889	432	4070	100
Instituição									
gestão Est.	103	218	223	82	69	287	90	1072	26,4
gestão Mun.	354	372	275	249	86	352	218	1906	46,9
hosp. univers	13	18	17	42	14	12	32	148	3,6
parceiros do. Est.	19	138	64	49	68	159	52	549	13,5
parceiros do. Mun	82	67	29	9	18	64	29	298	7,3
inst. privada	10	13	13	14	10	15	11	86	2,1
não resp	0	1	0	0	0	0	0	1	0,0
total	581	827	621	445	265	889	432	4060	100,0
Área Atuação									
administraç	0	191	115	53	54	162	63	638	18,2
atenção/assist.	360	431	317	227	136	402	204	1717	45,2
controle social	1	3	4	7	3	11	6	34	1,2
educ. em saúde	57	38	34	32	19	36	34	193	4,0
gestão/gerência	98	118	87	63	29	124	55	476	13,9
outra	65	17	53	62	24	153	70	379	17,2
vigilância	0	29	9	1		1		40	0,1
total	581	827	619	445	265	889	432	3477	100

Na experiência do curso, as concepções adotadas referiram-se principalmente em considerarmos os saberes prévios dos alunos e tutores sobre o tema, ao estímulo da reflexão crítica sobre o trabalho em saúde, análise do ambiente de trabalho e das diferentes instituições onde atuavam, o aprofundamento crítico no tema e a proposta de mudança de prática a partir dos afetos e da ressignificação do próprio trabalho e do “lugar” do trabalhador enquanto ser social. Essa dialógica foi possível pelo uso dos fóruns, onde alunos e tutor podiam colocar-se, trazendo suas concepções, percepções, opiniões acerca de questões indutoras do próprio curso, bem como de suas vivências enquanto trabalhadores e inseridos nas diferentes instituições de saúde. Nesse sentido, a formação pedagógica dos tutores foi fundamental, pois trouxe entre a coordenação e o corpo de tutores a oportunidade de nos conhecermos, discutirmos o tema e aprofundarmos as concepções de mediação no processo de ensino a distância e as premissas da Educação Permanente em Saúde^{20,21}.

Diferentemente da experiência de tutoria de outros cursos EaD, onde o papel de tutor se resumia a dialogar os conteúdos e atividades do curso, no curso LGBT, o papel de tutor no curso “A Conquista da Cidadania LGBT” foi além e se colocou como um estimulador do conhecimento dos temas discutidos, bem como fonte de diálogo com as experiências reais dos alunos enquanto trabalhadores de saúde e no manejo de situações do dia a dia vividas em suas unidades e nas próprias vivências pessoais. Alguns relatos demonstram a insegurança que a inscrição em um curso que abordava a diversidade sexual causava, uma vez que provocava comentários de colegas não inscritos sobre uma possível “visibilidade” deste aluno e que poderia provocar alguma associação do tema com suas próprias orientações sexuais, provocando maledicências. Já para

outros profissionais foi um tema normal, devido à atuação profissional com esta população em específico e reconhecida militância na temática.

A participação dentro do curso, por meio dos fóruns, sempre teve que ser muito estimulada e provocada pelo tutor, inclusive no espaço informal (“café virtual”), uma vez que a comunicação inicial sempre era tímida, ganhando, aos poucos, avanços que promoviam a maior interação entre alunos. Dois aspectos podem ser considerados como dificultadores de relações via EaD: o acesso à plataforma e uso de todas as ferramentas disponíveis. Para tanto, uma equipe de suporte e os próprios tutores ficaram atentos para resolver entraves ao longo do curso, superando-os.

Outro fator de dificuldade e de dimensão mais delicada é a exposição de ideias, de conceitos, preconceitos, atitudes e valores por escrito. Diversas colocações dos alunos eram repetições de trechos dos textos do curso ou de outras fontes de informação, com menos relato de experiências, vivências e opiniões próprias sobre o assunto.

Qualitativamente, os fóruns se mostraram como a ferramenta mais potente do curso, embora nem todos participassem.

“Também sou olhada de uma forma diferente por gostar de atender a população LGBT e comprar a briga, principalmente porque trabalho em um CAPS infanto-juvenil e muitas vezes tenho que defender os jovens de seus próprios familiares, emprestar a voz e gritar por seus direitos” (Aluno M).

“Oi gente, li os textos, muito interessantes, e assim como algumas pessoas responderam, estamos engatinhando no assunto, desde os usuários até quem os atende e acolhe (duas coisas bem diferentes ainda), pois infelizmente somos permeados pelas opiniões, crenças e valores que influenciam a forma de nos relacionarmos com o outro” (Aluno N).

“Sinto que vivemos tempos difíceis, pois se por um lado as pessoas estão assumindo suas condições, seus desejos e seus direitos com mais facilidade e mais coragem, por outro, parece que estamos vivendo uma regressão moralista e conservadora, com a violência, a intolerância e o preconceito aumentando assustadoramente e vindo de diferentes públicos...” (Aluno X).

“Respondendo à provocação e ao foco da pergunta original. Nunca fui à parada, sempre tive muita vontade e curiosidade, mas confesso que ainda tenho receio” (Aluno P).

Claro que qualquer coletivo que vá para a rua é uma manifestação política, mas no caso da população que eu atendo, a minoria tem essa consciência, talvez porque ainda estejam se descobrindo, se aceitando e conseguir sair de casa para ir à parada já é o máximo de embate e confronto político que conseguem enfrentar por hora” (Aluno Y).

“O ano passado participei e uma das palestrantes comentou sobre a Parada ser o principal instrumento de visibilidade LGBT. Durante a semana ocorreram várias atividades, a maioria delas com baixa adesão, mesmo havendo uma grande divulgação. Já a adesão da Parada foi infinitamente maior sendo, muitas vezes, o único momento de participação escolhido pelas pessoas” (Aluno Z).

Vários alunos fizeram contribuições importantes que geraram reflexões para o grupo, dando sentido a um novo olhar e uma nova forma de abordagem à população LGBT em suas funções.

“É preciso, especialmente para os agentes do Estado que valorizam a democracia, estarem atentos a violações de direitos fundamentais, decorrentes de estereótipos e preconceitos. Uma visão inclusiva das pessoas trans traria

consigo, mais do que respeito à diversidade de identidades de gênero, novas imagens de masculinidade e de feminilidade, que aceitariam, por exemplo, que mulheres trans são mulheres, independentemente de sua conformação genital ou de cirurgias” (Aluno W).

“Conviver em uma sociedade democrática é conviver com pessoas com diferentes gostos, costumes, culturas, respeitando sempre as opções de cada cidadão, entretanto, muitos consideram a democracia como a aceitação do que uma maioria decide como certo. Porém, cada cidadão tem o direito de ir e vir e, portanto, também tem o direito de se relacionar com quem e como quiser e viver como deseja. (...) Por isso, as lutas pelos direitos LGBT são importantes” (Aluno K).

“Dentre as normas ou políticas de inclusão, me chamou a atenção a de um banco, de inclusão de LGBT, mulheres (em cargo de chefia), racial, programa sênior (para pessoas acima de 50 anos) e pessoas com deficiência. Uma das reflexões do seminário era sobre a obrigatoriedade de existir cotas. Se vivêssemos num mundo ideal, sem preconceitos ou discriminação, não seriam necessárias cotas, mas infelizmente, mesmo caminhando lentamente contra, ainda estamos longe” (Aluno B).

Houve também quem trouxesse para discussão depoimentos de experiências reais, positivas ou negativas, da vida real ou profissional.

“Em 2014, tive o prazer de ser testemunha na Primeira União Homo-afetiva no cartório de ..., pude presenciar o respeito dos profissionais e a forma tranquila como foi feito, também convivo com casais que mesmo optando apenas pela união estável tiveram filhos biológicos, neste caso a primeira

nascida antes da lei, teve apenas o nome da mãe que gestou no documento, a segunda já pode ser registrada no nome das 2. No caso de adoção acredito que o pior sejam os prazos que naturalmente são longos, tenho um outro casal de amigos que já estão a 5 anos na fila, porém foram aprovados em todas as fazes de entrevistas e avaliações..” (Aluno O).

“Estou aprendendo muito com esse curso, ja vivenciei há alguns anos atras em uma unidade de saúde que ei trabalhava fui fazer o acolhimento de um paciente chamei pelo nome do prontuario que era um nome masculino e pra minha surpresa venho em minha direção uma pessoa que pra mim parecia mulher fiquei sem entender fi super constrangedor poi olhei para o paciente e disse novamente o nome e ela me respondeu sim mas pode me chamar de “Bola “ meu apelido fiquei super desconcentrada, ainda bem que ela a travesti morava a muito tempo naquela area e nao ou pelo menos não demonstrou constrangimento” (Aluno L).

Relataram também conhecimento de movimentos locais para a promoção de direitos LGBT:

“Na cidade de ..., nos últimos 5 anos, evoluiu consideravelmente em relação aos direitos legais da população LGBT. Foi criado a Comissão Municipal de Diversidade Sexual, ligada a Secretaria de Defesa da Cidadania da Prefeitura de ..., dando inicio a uma estrutura que propicia um ambiente de discussões à cerca de diversos assuntos relacionados à população LGBT, assim como discutir realidades , deliberar ações e contribuir para a criação de políticas públicas do municipio. A Prefeitura criou também a Seção de Apoio a Diversidade Sexual, para como o nome diz apoiar e ter como instrumento um canal direto com a Administração pública, isso facilitou muito

as ações da Comissão e da própria população LGBT. (...) Estou citando tudo isso para vcs, colegas, para apresentar o avanço que ... vem apresentando sobre as discussões dos direitos LGBT e contra LGBTFobia que aliás o tema da “V Semana da Diversidade Sexual - 2016 “ é “Uma rede de Proteção contra LGBTFobia “. As legislações vem sendo incansavelmente discutidas e apresentadas através de capacitações nos diversos seguimentos da nossa cidade, isso prova que estamos no caminho certo. Tenho muito mais coisa para apresentar mais no decorrer no curso terei o prazer de contribuir” (Aluno F).

“No ... vem se discutindo vários projetos através da ONG ABCD´S como BEE natural, Visibilidade, Carnaval inclusão e Prevenção, Juventude (Projeto trás comunicação com a linguagem do jovem para o jovem com encontros mensais e prevenção da DST/Aids e no combate a Violência Domestica e Urbana contra a Juventude LGBT” (Aluno VV).

Também sensibilização de mudanças nos trabalhos práticos e situações da assistência à saúde:

“No Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA), o Serviço de Assistência Especializada (SAE) e o Programa Municipal de DST/Aids de ... - a coordenadora ... me informou que vem realizando o acolhimento mais humanizado, pelo nome social e de acordo com a mesma no início deste ano a mesma começou desenvolver um trabalho voltado a conscientização das equipes de acolhimento da rede de atenção básica do município ...” (Aluno A).

“No AME daqui de..., em contato com a coordenadora de atendimento ..., a mesma me informou que o atendimento não é por senha, como está ocorrendo no AME de Santos,

conforme comentou a ..., porém já vem realizando o cadastro do nome social e o paciente é chamado conforme solicitado....” (Aluno R).

Só agora percebi que no recadastramento do Estado tem uma variável sobre orientação sexual (hetero, homo ou bissexual) e uma variável de Identidade de gênero (homem, mulher, travesti e transexual). Acredito que essa pequena iniciativa já é um ótimo começo. Assim como a oportunidade que estamos tendo com esse curso de nos apropriarmos destas questões e de podermos ampliar nossos conhecimentos e de trazer essa discussão para os nossos locais de trabalho” (Aluno XY).

“Em relação a atenção Básica no nosso município ainda não conseguimos atingir toda rede, mas as Unidades aqui chamadas de Políclínicas ou Unidades Básicas vem sendo capacitadas da mesma forma que o AME, já ministramos a capacitação em algumas delas e para o próximo ano já estamos com a agenda programada à partir de março estaremos reiniciando este trabalho, não só nas Unidades básicas como também em UPAs e Pronto Socorros, o que ainda temos muita dificuldade de conseguir chegar são hospitais particulares...” (Aluno AB).

Além de fazer avaliações positivas sobre o curso:

Este curso para mim tem sido de grande valia, pois confesso que mesmo conhecendo algumas pessoas “assumidas” não tinha noção de toda problemática enfrentada no dia a dia e em sua vidas” (Aluno C).

“Sobre um dos vídeos que fala do padrão dominante, lembrei de uma palestra em um seminário sobre Pessoas com Deficiência e Mercado de trabalho. O candidato que o mercado procura é do padrão dominante: sexo

masculino, branco, ocidental, heterossexual, jovem, magro e católico. Para todos os demais que não se “encaixam” nesse perfil, algumas empresas disponibilizavam normas de inclusão ou cotas (nesse caso a lei as obriga) (Aluno BB).

Em certas situações as contribuições no fórum e estudo de caso permitiram a visualização de falas em que se reproduzia preconceito, desconhecimento do assunto e resistência à mudança de opinião. Nesses casos, a tutora recorria à orientação da coordenação pedagógica para contornar a situação. Essas situações geralmente estavam pautadas em situações pessoais particulares.

Mas uma coisa é clara nos adolescentes, esse é o dia de comemorar e a forma, infelizmente, é regada de muito álcool e “pegar todo mundo” (Aluno J).

Considerações finais

A experiência aponta o sucesso e interesse de oferta da formação de profissionais de saúde mediante uma estratégia de Educação Permanente em Saúde e utilizando a modalidade de EaD com relação ao tema da diversidade sexual e direitos LGBT. Ao capacitar mais de 3.000 profissionais de saúde em todo o estado durante 3 anos, aponta-se que essa estratégia tem largo alcance, implica agilidade e produz capilaridade a esse processo formativo dos trabalhadores do SUS.

Registra-se que essa modalidade educativa implica na organização e planejamento de circunstâncias educativas diferentes das usuais, trazendo para o cenário educacional a discussão sobre novas práticas pedagógicas e suas relações com as tecnologias da informação e da comunicação, implicando a motivação de um mínimo de

autodisciplina e motivação dos estudantes. Ao mesmo tempo, permite uma interação de diálogo entre os próprios alunos e entre alunos e tutor e uma relação de discussão permanente que sensibiliza a todos os participantes e envolve de forma integral vários deles.

Fazendo uma análise da experiência de tutoria no curso sob a ótica da aprendizagem reflexiva, crítica e significativa, considera-se que a plataforma de EaD foi facilitadora de processo de ensino, também na relação com a coordenação pedagógica do curso e na observação da própria experiência profissional e pessoal de alunos e tutores frente à experiência. O papel da mediação pedagógica e tutoria no ensino a distância, a concepção da Educação Permanente e dos princípios utilizados no curso em si e a experiência se mostraram ricos conforme o próprio relato de alunos.

A sensibilização quanto à importância da visualização da população LGBT e o seu direito à saúde, favorece a reflexão sobre a prática de trabalho, a comparação com experiências já vislumbradas pelos alunos em outras esferas governamentais e discutidas pelo próprio Movimento LGBT, permitindo a motivação de mudanças em seus próprios locais de trabalho e funções.

Referências

1. Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Anais da 1ª Conferência de Gays, Lésbica, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT). Brasília; 2008. [acesso em: 31 out 2018]. Disponibilidade em: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cncd-lgbt/conferencias/anais-1a-conferencia-nacional-lgbt-2>
2. Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). Brasília; 2011. [acesso em: 31 out 2018].

Disponibilidade em: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cncd-lgbt/conferencias/anais-2a-conferencia-nacional-lgbt-1>

3. Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Anais da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). Brasília; 2016. [acesso em: 31 out 2018]. Disponibilidade em: <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/old/cncd-lgbt/relatorio-final-3a-conferencia-nacional-lgbt-1/>
4. Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. 1º Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Brasília; 2009. [acesso em: 31 out 2018]. Disponível em: <http://www.arco-iris.org.br/wp-content/uploads/2010/07/planolgbt.pdf>
5. São Paulo. (estado). Lei no 10.948. Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual e dá outras providências. São Paulo: ALESP; 5 NOV 2001. [acesso em: 31 out 2018]. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2001/lei-10948-05.11.2001.html>
6. São Paulo. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. I conferência estadual de políticas públicas e Direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. São Paulo; 2008.
7. São Paulo. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. II conferência estadual de políticas públicas e Direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. São Paulo; 2011. [acesso em: 31 out 2018]. Disponível em: <http://www.justica.sp.gov.br/StaticFiles/SJDC/ArquivosComuns/ProgramasProjetos/CPDS/PROPOSTAS%20APROVADAS%20NA%20PLEN%C3%81RIA%20FINAL.pdf>
8. São Paulo. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. III conferência estadual de políticas públicas e Direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. São Paulo; 2016.
9. São Paulo. Governo do Estado. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. Diversidade sexual e cidadania LGBT. São Paulo: SJDC/SP; 2014.
10. São Paulo. (estado). 1º Plano estadual de enfrentamento da homofobia e promoção da cidadania LGBT. São Paulo: SJDC/SP; 2010.
11. São Paulo. (estado). Decreto nº 55.588. Estabelece a obrigatoriedade do tratamento nominal (nome social) de

travestis e transexuais pelos funcionários públicos, em todos os órgãos da administração pública estadual, direta ou indireta; e já dentro da estrutura da Secretaria de Estado da Saúde. São Paulo: ALESP; 17 mar 2010.

12. Gianna MC. CRT DST/Aids-SP implanta primeiro ambulatório para travestis e transexuais do país. *Bis – Bol. Inst. Saúde*. 2011; 13 (2): 182-189.

13. São Paulo. Secretaria de estado da Saúde. Comitê de Saúde Integral da População LGBT. (on line). [acesso em: 31 out 2018]. Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/centro-de-referencia-e-treinamento-dstaids-sp/humanizacao/comite-tecnico-de-saude-integral-da-populacao-lgbt>

14. Merhy, E. Feuerwerker, LCM. Educação Permanente em Saúde: educação, saúde, gestão e produção do cuidado. In: Mandarino ACS, Gomberg E. (org.). *Informar e Educar em Saúde: análises e experiências*. Salvador: Editora da UFBA; 2011. v. 1, p. 5-21.

15. Silva LO, Diehl VRO, Neto VM. Narrativa escrita: relacionando a produção de conhecimento e a formação docente. In: *Anais do IV congresso internacional de pesquisa (auto) biográfica - IV CIPA. Espaço (auto) biográfico: arte de viver, conhecer e formar*. Porto Alegre: UFRS; 2011.

16. Josso MC. *Experiência de vida e formação*. São Paulo: Cortez, 2004.

17. Amaro R. *Mediação Pedagógica on line: análise das funções do tutor na Universidade Aberto do Brasil*. Brasília-DF; 2012. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação da Faculdade de Educação,

da Universidade de Brasília, orientação Prof. Dr. Lúcio França Teles.

18. Ministério da Saúde. Portaria nº 198. Brasília; 13 fev 2004.

19. Ministério da Saúde. Portaria nº 1996. Brasília; 13 fev 2007.

20. Calife KBB, Simões O, Harada J, Seixas P, Georgette J. Secretaria de Estado da saúde e COSEMS/SP. Documento Norteador. Diretrizes para a implementação da Política de Educação Permanente em Saúde no Estado de São Paulo. Texto sistematizado por representantes da SES/SP e COSEMS/SP; 2007.

21. São Paulo. Secretaria de Estado da Saúde. Plano estadual de Educação Permanente em Saúde. São Paulo: SES-SP; 2007.

22. Santos E. Educação online para além da EaD: um fenômeno da cibercultura. Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia. Braga: Universidade do Minho; 2009.

23. Belloni ML. Educação à distância. Campinas: Autores Associados; 2008.

25. Ramal AC. Educação na cibercultura: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem. Porto Alegre: Artmed; 2002.

26. Moran JM, Masetto MT, Behrens MA. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas : Papirus; 2000.

29. Pires FCO. *Dimensão da tutoria de Educação à Distância: perfil e formação prática*. (tese). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Juíz de Fora. Juíz de Fora; 2017.